

DOCUMENTAÇÃO NO MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS CARLOS RITTER

SARAH FERNANDES¹; JOÃO VICTOR ROSSALES²

NORIS MARA P M LEAL⁶:

¹Universidade Federal de Pelotas – sf.sarahfernandes@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jrossales24@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – norismara@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Para o público que frequenta o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter (MCNCR), é possível que os bastidores do museu pareçam tão estáticos quanto os animais taxidermizados ali expostos. Mas na verdade, a própria definição de museu conforme o Conselho Internacional de Museus (ICOM), do qual o Brasil faz parte, destaca o papel da pesquisa dentro dessa instituição:

Os museus devem estabelecer e aplicar políticas que garantam que os acervos (tanto permanentes como temporários) e suas respectivas informações, corretamente registradas, sejam acessíveis para uso corrente e venham a ser transmitidas às gerações futuras nas melhores condições possíveis [...] (ICOM, 2009 p. 17-18).

Isso significa que, para que os museus cumpram sua função social e possam difundir informações sobre seus acervos, é importante que exista uma gestão que vise salvaguardar essas informações; é aqui que a documentação museológica - processo de registrar todas as informações sobre os itens que compõem um acervo, representando-os por meio de palavras e imagens - assume o papel central. Seu objetivo é organizar os acervos, além de atuar como um sistema de recuperação de dados, permitindo que as coleções se transformem em fontes de pesquisas e meios para a difusão de conhecimento (Ferrez, 1991, p. 1).

Ou seja, documentar tem como finalidade reconhecer os acervos como suportes de informações dos objetos que os compõem, buscando reunir, organizar, preservar e disponibilizar todas as informações a eles relacionadas. As práticas de pesquisa estão diretamente relacionadas a esse procedimento, pois os objetos têm duas características principais: as intrínsecas e as extrínsecas. As intrínsecas são relacionadas ao que é possível ver sobre o objeto, sua descrição geral, cor ou tamanho. As extrínsecas são aquelas que fazem parte do histórico do objeto, como ele é ou foi utilizado, quando e por quem, entre outras.

Para Hooper-Greenhill (2000), a documentação também permite que os museus cumpram seu papel social de educar e de disseminar conhecimentos de forma ampla e acessível, sendo lugares contribuintes para a difusão de conhecimento. Torres (2002) afirma que: "a documentação é o instrumento básico para que os museus deixem de ser armazéns de objetos, convertendo-se em organismos difusores de informação de missão educativa." (pp. 48-49).

É a partir dos procedimentos de documentação museológica que é permitido que os museus se conectem ao público, a contextos históricos, culturais e sociais, possibilitando uma compreensão mais profunda e enriquecedora (Camargo-Moro, 1986) de seus acervos, fazendo com que o museu seja mais do

que uma simples vitrine ou depósito de objetos. Para Castro (1999), a documentação é o elo entre o passado e o presente, proporcionando uma narrativa que torne os objetos acessíveis e significativos para o visitante. Portanto, para saber o que um objeto tem a dizer, é imprescindível que um museu tenha boas práticas de documentação museológica; de outro modo, não se teria o *que* comunicar ao visitante.

Além disso, a Lei Federal n.º 11.904/2009 estabelece que todo museu deve manter a documentação e a gestão dos acervos musealizados de forma atualizada e organizada. Esses procedimentos são cruciais para o bom funcionamento da instituição, garantindo a preservação adequada do patrimônio cultural e facilitando o acesso à informação, conforme o artigo 39, que afirma “É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.” (BRASIL, 2009: s/p). Ou seja, a função social do museu só pode ser cumprida através do uso diligente da documentação museológica, e a instituição museu deve zelar por sempre manter boas práticas de documentação e gestão de seu acervo para estar de acordo com a lei brasileira.

A partir dos conceitos apresentados sobre documentação museológica, o presente trabalho descreve as atividades de documentação realizadas por colaboradores discentes voluntários do museu, sem perder de vista as complexidades que envolvem o processo de documentação museológica, no atual “Projeto de ensino: Documentação do acervo do MCNCR”, coordenado pela museóloga Lisiane Gastal Pereira e por Cristiano Agra Iserhard.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

O projeto de documentação atual tem como objetivo desenvolver o sistema de documentação do acervo do MCNCR, para que a organização e salvaguarda dos bens reverbere na melhoria das demais ações que a instituição realiza a partir das coleções. Os colaboradores discentes voluntários são discentes do curso de Museologia, e colocam em prática o que aprendem nas disciplinas de documentação seguindo a metodologia do projeto. Depois de pesquisas e consultas à especialistas nas coleções do museu, o número de registro do acervo é padronizado para facilitar o acesso às informações dos artefatos, seguido pelo inventário (listagem completa dos itens que compõem o acervo do museu), e o registro dos artefatos no livro tombo da instituição. As informações mais completas sobre os objetos entrarão na ficha de catalogação, onde constam dados referentes às características físicas do objeto e informações associadas, como o histórico, o significado e a importância da peça. Seu registro fotográfico acontece paralelo a essa etapa. Finalmente, é feita a informatização do acervo na plataforma Tainacan, software gratuito para a criação de repositórios de acervos que permite o cruzamento e a recuperação da informação de outros acervos museológicos cadastrados na mesma plataforma.

É importante ressaltar que o acervo do museu conta com coleções científicas e didáticas de diferentes tipologias como ornitológica, herpetológica, aracnológica, entomológica e paleontológica, e uma tabela com as informações científicas do acervo é periodicamente atualizada com os novos nomes científicos dos animais do acervo por colaboradores discentes da área da biologia. A tabela fica disponível para os discentes da área de museologia para consulta.

Dentro do projeto atual, para o registro padronizado do acervo, as peças são documentadas individualmente. A etapa atual acontece da seguinte forma: os

discentes voluntários fazem a limpeza mecânica superficial das peças, atribuindo-lhes novos números sequenciais, conforme as diretrizes padronizadas. O novo número é colocado na peça e na ficha do inventário museológico, que é feito em uma tabela excel, onde o campo com o nome científico de cada uma delas deve ser verificado e atualizado, conforme a tabela mantida pelos estagiários da área da biologia. Ali também coloca-se outras informações como as dimensões, o estado de conservação e a descrição de cada peça, tomando o cuidado para colocar observações sobre avarias observadas e reparos necessários em uma coluna dedicada.

O registro fotográfico das peças é feito em local separado: ao lado de uma régua para escala e o novo número, cada uma das peças é fotografada individualmente e arquivada numa pasta em formato digital. Por ser um projeto em andamento, as atividades ainda não terminaram, mas o intuito é usar as informações do inventário museológico e as fotografias para gerar fichas catalográficas completas, concluindo essa etapa da documentação museológica. Até o momento, a coleção ornitológica já está praticamente finalizada, tendo inclusive as primeiras fichas catalográficas completas sido feitas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de um projeto de documentação de um museu com mais de 5 décadas de existência enfrenta desafios, que se potencializam no MCNCR por seu histórico. A origem do acervo vem da doação de peças taxidermizadas por Carlos Ritter, em 1926, à Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel. Em 1969, com a criação da UFPel, a Escola de Agronomia é vinculada à instituição, e esse acervo passa a fazer parte do Museu da UFPel - designado com o nome atual em 1986, e fica na Faculdade de Agronomia até 1988. Reabre como museu aberto ao público na rua Félix da Cunha; em 1990, o MCNCR vai para a rua Marechal Deodoro, em 2010, muda-se para a rua Barão de Santa Tecla para finalmente, em 2019, se mudar para a Praça Coronel Pedro Osório, onde está localizado até os dias atuais.

Tendo em vista todos os endereços e reestruturações, evidencia-se a primeira função de uma boa documentação museológica: saber quais objetos fizeram parte do museu, quando, se foram perdidos, enfim, o histórico dessas peças. Porém, esse histórico de mudanças culminou na formação de acervos de forma desordenada e sem diretrizes, com coleções sem informações de origem e, portanto, difíceis de gerir. Isso posto, revela-se o obstáculo inicial para a efetiva documentação do acervo do MCNCR: o grau de detalhamento e planejamento sistemático de sua documentação museológica varia com o passar das décadas. As fichas catalográficas antigas, por exemplo, nomeiam peças que não se encontram mais no museu e que não se sabe para onde foram nem quando, se estão em algum outro lugar da UFPel, se foram descartadas ou roubadas. Também temos peças taxidermizadas cuja autoria não pode ser determinada com certeza absoluta. Outro exemplo é o da coleção do professor Ceslau Biezanko, um acervo adquirido em 1985 mas cuja responsabilidade é dividida pelo MCNCR e pela Faem, sem que exista documentação especificando o que faz parte das coleções do museu: isso requer pesquisa para levantamento de informações.

Os desafios apresentados não têm solução pronta, pois são informações difíceis de serem recuperadas. Além disso, o MCNCR nem sempre teve uma museóloga para gerir as questões de acervo, e a continuidade de projetos de documentação fica relegada ao segundo plano se não há alguém responsável por

coordenar sua progressão. Isso não significa que esse é o primeiro esforço que vai nessa direção: em 2019 o Laboratório de Documentação Museológica da UFPel iniciou um trabalho de documentação no MCNCR, porém, a pandemia obrigou a suspensão temporária dessas atividades, retomadas com o presente projeto.

O histórico do MCNCR e seu acervo servem como testemunhas da importância de uma documentação museológica eficiente. Para dar conta de dados divergentes e informações desconstruídas, o projeto de documentação deve ser desenvolvido de modo cuidadoso através de planejamento que permita sua continuidade independente da troca de estagiários.

O exemplo apresentado mostra que a ausência dos procedimentos de documentação museológica compromete todo o trabalho de um museu, limitando a sua capacidade de cumprir sua função social e cultural. Se, conforme afirma Ferrez (1991), é através da documentação que se promove o contato entre o público e o objeto (p. 4), sem isso, o acesso ao conhecimento que está inseridos nos objetos é limitado, prejudicando não apenas o público mas as futuras gerações, pois perde-se o registro de suas características extrínsecas. A documentação museológica é um processo contínuo que exige rigor, e é necessário que as informações dos acervos sejam cuidadosamente catalogadas e atualizadas constantemente para que a comunicação com o público visitante seja fundamentada.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 jan. 2009.

CAMARGO-MORO, F. **Museus: Aquisição/Documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CASTRO, A. L.S. Informação museológica: uma proposição teórica a partir da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Org.) **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília, Rio de Janeiro: IBICT, 1999. p.13-32.

FERREZ, H.D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. Trabalho apresentado no IV Fórum de Museus do Nordeste, Recife, 1991. Disponível em: <https://meumuseu.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/01/documentac3a7c3a3o-museolc3b3gica-helena-dodd-ferrez.doc>. Acesso em: 11 ago. 2025.

HOOPER-GREENHILL, E. Exhibitions and interpretation: Museum pedagogy and cultural change. In: **Museum and interpretation of Visual Culture**. London: Routledge, 2000. p. 124-150.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **Código de ética do ICOM para Museus**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

MARÍN TORRES, M.T. **Historia de la documentación museológica**. Espanha: Ediciones Trea, 2002.